

Retrocesso

O Instituto Escolhas também se manifestou. Afirma que a proposição significa “um retrocesso em relação aos avanços já alcançados”, entre os quais a obrigatoriedade de nota fiscal eletrônica para o ouro e o fim da presunção de boa-fé na aquisição do metal.

Risco concreto

Para o instituto, é preocupante “a criação de um modelo que pode elevar significativamente os custos de transação e aumentar a complexidade operacional para agentes que atuam dentro da legalidade”.

E tem mais

O instituto alerta, ainda, que a proposta a ser discutida na Câmara impõe mais dificuldades à Agência Nacional de Mineração, que enfrenta sérios problemas, como falta de pessoal. Procurado pela coluna, o autor do substitutivo, Marx Beltrão, não respondeu até o fechamento desta edição.

Lutas internas I

Uma disputa na Comissão do Trabalho na Câmara dos Deputados acerca do fim da escala 6x1 pode ganhar novos capítulos. O deputado Luiz Gastão (PSD-CE) alertou aliados que a base governista quase aprovou um texto na última quarta-feira. A tentativa falhou porque o PL conseguiu aprovar a retirada de pauta.

Lutas internas II

Gastão lembrou que há um projeto de sua autoria na Comissão de Trabalho sobre a redução da jornada em um nível mais avançado, uma vez que o relatório já havia sido lido. Assim, o parlamentar vai pressionar o presidente do colegiado, Max Lemos (PDT-RJ), para pautar os dois projetos. Se pautarem apenas a proposta do governo, alerta Gastão, centro e oposição irão votar pelo adiamento da discussão — tudo que o governo não quer.

Extração de ouro volta ao debate

As regras para a extração de ouro legal voltam a ganhar visibilidade na Câmara dos Deputados. A possibilidade de se votar um substitutivo, de autoria do deputado Marx Beltrão (PP-AL), ao Projeto de Lei nº 3025/2023 motivou uma reação de parlamentares e de setores ligados à mineração.

Em nota, a Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMin) afirma que a proposta prejudica a rastreabilidade, um dos avanços na extração do mineral no Brasil, e pode representar um retrocesso. “O modelo atualmente proposto exige aperfeiçoamentos urgentes para que seja

efetivo na prática e não produza efeitos contrários ao desejado”, alerta a frente parlamentar.

Na avaliação do setor, o substitutivo pode estimular a mineração ilegal. “Há preocupação no setor com o risco de a proposta impor custos desproporcionais à cadeia produtiva formal, aumentar a burocracia e, paradoxalmente, estimular a informalidade e o garimpo ilegal — penalizando quem atua dentro da lei”, prossegue o texto, assinado pelo presidente da FPMin, deputado Zé Silva (Solidariedade-MG).



Na mira do STF

O ex-senador Roberto Rocha (sem partido), pré-candidato ao Senado no Maranhão, está preocupado com as consequências de suas críticas ao ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino. Em 2022, Rocha subiu à tribuna do Senado para criticar Dino, então governador do Maranhão. Este apresentou uma queixa-crime contra Rocha por calúnia e difamação, mas o STF arquivou o inquérito, ressaltando a imunidade parlamentar.

Desarquivado

Este ano, o ministro Alexandre de Moraes, que integra a Primeira Turma do STF junto com Flávio Dino, desarquivou o caso. O julgamento de um recurso apresentado por Roberto Rocha começou na sexta-feira, no plenário virtual.

Apelo

O ex-parlamentar procurou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), na semana passada. “Isso não se trata só de Roberto Rocha; é um precedente perigosíssimo. Relativizar a imunidade parlamentar na tribuna do Senado é fazer com que todos os parlamentares do Brasil, de vereador a senador, não possam mais falar na tribuna”, afirma Rocha.

Água com açúcar

“Se fosse só para fazer discurso água com açúcar, não precisava ter imunidade. É claro que tem que ter nexo causal, tem que estar conectado com a política. E é exatamente o caso, a gente disputava a eleição em 2022”, contextualizou.

Rumo ao Senado

O deputado Arthur Lira (PP-AL/foto) lançou a pré-candidatura como senador em Maceió. Presidente da Câmara dos Deputados por dois mandatos, responsável pela aprovação da reforma tributária na Casa e relator da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, Lira conta com esse portfólio para conseguir uma das vagas ao Senado no estado. O evento estava tão concorrido que o hotel precisou fechar a entrada por causa da superlotação.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



JANELA PARTIDÁRIA

Moro faz as pazes com Bolsonaro

Ex-ministro de Jair Bolsonaro, senador migra para PL a fim de concorrer ao governo do Paraná e dar palanque para Flávio

» LETÍCIA CORRÊA*

Depois de sair do Ministério Justiça e Segurança Pública do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2020, e com conflitos entre ambas as partes, o senador Sergio Moro (União-PR) prepara-se para voltar à aliança com a família Bolsonaro. O parlamentar vai filiar-se ao Partido Liberal, na próxima terça-feira (24), para concorrer ao governo do Paraná pela sigla. Em troca, Moro dará palanque no estado ao senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Moro deixou o governo Bolsonaro acusando-o de tentar interferir na Polícia Federal para proteger aliados de investigações. Agora, a filiação de Moro ao PL foi confirmada por Flávio e pelo deputado federal Filipe Barros (PL-PR). Em vídeo postado nas redes sociais, Flávio chama o senador de “amigo” e diz que compartilhar as mesmas pautas com o ex-magistrado é uma “grande alegria”. Moro, por sua vez, declarou: “Presidente, vamos mudar esse país”.

No vídeo apoiando Moro também estavam o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o senador Rogério Marinho (PL-RN), Barros e o deputado Fernando Giacobbo (PL-PR). A reconciliação deve-se a uma tentativa do filho de Bolsonaro de pressionar o PSD, partido do atual governador do Paraná, Ratinho Jr., que, junto com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, concorrem internamente pela candidatura nacional na legenda. Os três já foram anunciados como pré-candidatos à Presidência, mas caberá ao presidente do PSD, Gilberto Kassab, escolher um entre eles.

Com isso, Moro viu a oportunidade no PL ao afirmar ter recebido

negativa do União Brasil para se candidatar ao governo do Paraná.

Pesquisas

Conforme dados de pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas, Moro encabeça a corrida para o Palácio Iguaçu em todas as três simulações avaliadas para a primeira etapa do pleito. O levantamento, feito em janeiro, também examinou possíveis embates em um segundo turno, indicando que o parlamentar sairia vitorioso em todas as configurações analisadas.

O diagnóstico consultou 1.300 votantes em 54 cidades paranaenses no decorrer da penúltima semana de janeiro de 2026. A amostragem apresenta uma margem de erro de 2,8 pontos, para cima ou para baixo, com um grau de fidedignidade de 95%.

O consultor político e especialista em gestão política, Adriano Canutto, afirma que a filiação de Moro traz muita credibilidade à legenda, destacando-o como uma figura de grande força na época da Lava Jato. Ele define o ex-magistrado como o “juiz midiático” mais expoente até hoje, afirmando que ele mudou o comportamento do Direito perante a mídia, valorizando a “toga” nas redes sociais.

“A credibilidade (de Moro) não se dissipa com o desentendimento dele com o Flávio, pois reconhecemos que a política é inerentemente volátil e dinâmica. Portanto, considero que eles chegarão a um consenso. Acredito firmemente que o objetivo primordial é o combate à ideologia de esquerda, e que eles convergirão em torno da Michelle. Consequentemente, isso resultará na reorganização da direita no Brasil, com mais força”, argumenta.

Já para o cientista político e jurista, Heitor Veras, a filiação ajuda mais a Moro no Paraná,

consolidando seu palanque e reduzindo isolamento, do que a Flávio Bolsonaro na corrida presidencial, onde o ganho seria apenas “tático e estruturante”. Além disso, Veras pontua que o rompimento de 2020 e as acusações de “traição” ainda pesam e podem soar como oportunismo para eleitores atentos à coerência ética. “As brigas anteriores pesam, porque a memória política do rompimento é muito forte: Moro saiu do governo em 2020 acusando Bolsonaro de interferência na Polícia Federal, e a família Bolsonaro o chamou publicamente de ‘traidor’ e ‘mentiroso’. Isso contamina a narrativa de ‘reconciliação’ e pode parecer oportunismo, especialmente para eleitores mais atentos à coerência ética. Ainda assim, a política brasileira costuma premiar alianças que entregam resultado; se o acordo render palanque, tempo e voto, a credibilidade ferida vira custo”, analisa.

O cientista político Eduardo Neirão sustenta que essa aliança “virtualmente define a eleição” no Paraná em prol de Moro, criando uma chapa conservadora “dos sonhos” com nomes como Deltan Dalagnol (Novo) e Cristina Graeml (União). De acordo com ele, a reconciliação é facilitada pelo fato de Moro e Flávio Bolsonaro serem colegas de Senado e conviverem pacificamente há três anos, o que seria improvável se o interlocutor fosse Jair ou Eduardo Bolsonaro. “Na verdade, essa aliança acontece muito mais por um erro estratégico de Ratinho Jr., que rechaçou a aproximação com o PL do que por estratégia de Flávio ou Moro”, destaca. Para ele, caso Ratinho Jr. não vá para o segundo turno, ele deve encarar um longo rigoroso inverno político” destaca.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel

Geraldo Magela/Agência Senado



Moro e Flávio se reaproximam, e presidenciável o chama de “amigo”



A política brasileira costuma premiar alianças que entregam resultado”

Heitor Veras, cientista político e jurista

Venha para o partido que sabe que lugar de mulher é na política.

Filie-se e participe de um dos maiores partidos do Brasil.

www.psdmulher.org.br